



A construção identitária de alunos numa escola pública de Pacaraima em contexto de mobilidade geográfica e linguística na fronteira Brasil/Venezuela

Ancelma Barbosa Pereira¹
PG/UFRJ

Resumo: No mundo transcultural em que vivemos hoje, questões sobre identidade e linguagem são de grande relevância nos estudos realizados em fronteira – definimos fronteira não apenas como espaços geográficos, mas, sobretudo como produtos da capacidade de representação do indivíduo. Assim, este trabalho busca compreender, através de narrativas orais, como as diversas representações das línguas portuguesa e espanhola interagem na construção identitária de alunos brasileiros no município de Pacaraima/RR, em contexto de mobilidade geográfica e linguística na fronteira Brasil/Venezuela.

Palavras-chave: identidade, fronteira, linguagem.

Abstract: In the transcultural world in which we live nowadays, questions about identity and language are of great relevance in the studies carried out on the borders – we define borders not just as geographical areas, but, above all as results of the capacity of representation of the individual. In this wise, this paper intends to understand, through oral narratives, the way the several representations of the Portuguese and Spanish languages interact in the identity construction of the Brazilian students in the city of Pacaraima/RR, in the environment of the geographical and linguistic mobility on the Brazil/Venezuela border.

Keywords: identity, border, language.

1. Introdução

No estado de Roraima a situação de contato linguístico é constante devido ao estado fazer fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa, além de contar com a presença de muitas línguas indígenas. Esta pesquisa se desenvolve numa escola pública do município de Pacaraima-RR, que tem por limite ao norte com Santa Elena de Uairén (doravante Santa Elena), município da República da Venezuela e tem como objetivo investigar, a partir de narrativas orais de alunos brasileiros do ensino médio, como suas identidades são construídas em contexto de mobilidade geográfica e linguística e busca ainda compreender como as diversas representações das línguas, português e espanhol, interagem na construção dessas identidades.

¹ celmaciello@yahoo.com.br



As perguntas que norteiam este trabalho giram em torno do eixo temático linguagem e identidade, do questionamento sobre o papel da língua(gem) na construção identitária do indivíduo e de sua comunidade. Partindo dessa perspectiva, entendemos que estudo da língua tem muito a lucrar com abordagens que consideram os falantes ativos não como nômades isolados, mas como participantes numa rede socialmente definida de relacionamentos, que são reais pelo fato de os laços sociais que os mantêm unidos serem concretos (RAJAGOPALAN, 2006).

Inicialmente faremos um breve contexto histórico da fronteira Brasil/Venezuela e em seguida discorreremos sobre concepções de língua(gem) e identidade. A complexidade para definir os conceitos de identidade e língua implica nas divergências de fundo sobre o papel da linguagem na construção identitária. Neste estudo tomaremos a noção de identidade embasado em Bauman (2005), Hall (2006) e Woodward (2000), como processual, complexa, provisória e sempre em estado de fluxo.

2. Contexto de fronteira

O município de Pacaraima está localizado em uma área indígena denominada Raposa Serra do Sol, isso gerou certa insegurança nos moradores que viviam ali por causa de determinadas restrições. Destaca-se que a ameaça da demarcação dessa área³, hoje confirmada, aliada a demissão em 2004 de muitos funcionários estaduais não concursados, provocou praticamente a extinção da venda de casas, e conseqüentemente, o encarecimento do aluguel, motivando muitas famílias brasileiras a optarem por moradias em Santa Elena (BRAZ, 2004).

Atualmente, com a definição legal em relação à demarcação de terras indígenas e a permanência do município, Pacaraima tem crescido em população, mas muitas situações ainda se mantêm, como, o encarecimento de aluguéis e a falta de fonte de renda financeira, assim a opção de brasileiros em residirem em Santa Elena se dá por motivos profissionais e econômicos.

Apesar da distância de aproximadamente 15 km entre Pacaraima e Santa Elena existe um fluxo muito grande entre as duas cidades e, em conseqüência, uma convivência marcada por conflitos sócio-culturais e econômicos na fronteira. Por exemplo, um dos jornais impressos de maior circulação no estado publicou uma notícia⁴ sobre a iniciativa da Câmara de Produção e Comércio do Município de Gran Sabana (VE) de desenvolver estratégias para melhorar o relacionamento entre os turistas brasileiros e os militares venezuelanos, com o objetivo de fortalecer a integração entre os dois municípios. Chama à atenção a declaração proferida pela presidente da Câmara no antepenúltimo parágrafo da notícia: *“Queremos acabar com esse*



estigma de que os venezuelanos sejam apenas pessoas más, que maltratam os turistas ou que somente estão ali para cobrarem propinas.” Esta notícia é indício de que a forma como um grupo vê o outro é conflituosa e complexa, principalmente, o status de um povo com relação ao outro.

O cenário educacional em Pacaraima é composto por alunos brasileiros, filhos de brasileiros; venezuelanos, filhos de hispano-falantes; ou mesmo, filhos de brasileiros e hispano-falantes, residentes em Santa Elena ou em Pacaraima. Segundo depoimentos dos alunos, a opção por estudarem no município de Pacaraima se dá por considerarem melhor o ensino das escolas brasileiras que das escolas venezuelanas. Ante esse contexto e apoiada na concepção de Cavalcanti (1999) de que se numa determinada comunidade são faladas mais de uma língua e/ou mais de uma variação lingüística podemos considerá-la como um cenário sociolinguisticamente complexo: assim, também definimos o cenário onde se desenvolve essa pesquisa.

3. Considerações teóricas

A língua por si só gera grandes discussões quanto à sua definição, já que é freqüente ter-se em conta uma relatividade no que diz respeito ao seu conceito. Atualmente, muitos estudiosos, principalmente na área da sociolingüística, têm enfatizado a sua função enquanto elemento constitutivo da identidade de um indivíduo e da sua comunidade. Além disso, segundo afirma Guisan (2009), há a necessidade de averiguar os elementos que direcionam essas línguas na elaboração de mitos sobre os quais se embasariam as identidades coletivas. Para o autor “(...) o Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito (...) a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua já que é considerada como elemento de identidade coletiva” (GUISAN, 2009, p. 18).

A discussão ao entorno da língua está além dos conflitos sobre a concepção de língua como faculdade humana ou da sua diversidade nas realizações do mundo. Trata-se principalmente do mito de uma língua unificada estabelecido pelos processos políticos e ideológicos construídos a partir do surgimento das nações européias e, em seguida, americanas. Esse mito de língua unificada contribui para a formação do sentimento de identidade nacional questionado por Berenblum quanto à sua essência de natureza humana onde “nada há de natural na identidade nacional, ela se constrói historicamente e adquire determinados sentidos ao longo das próprias histórias das nações.” (2003, p.32)

No que diz respeito aos processos de criação desse sentimento, ao contrário do que se pensa hoje, os acontecimentos históricos apontam que a função identitária das línguas nem sempre é o fator de coesão para as comunidades humanas, assim, afirma Guisan que “essas



línguas sob o pretexto do seu valor como alicerce de identidade, serviram muito mais para separar do que para unir: tais são os fatores históricos, apesar de todos os belos discursos dos tempos modernos” (2007, p.83). A diversidade lingüística que existia em pequenos povos, até a época do Renascimento, não era motivo de conflitos e divisões, porém com a criação das línguas oficiais e, conseqüentemente, da demarcação dos territórios onde essas línguas eram faladas surgiram os Estados Nacionais e com eles a necessidade de caracterizar uma língua unificada - embora essa não fosse a característica de um determinado povo, território ou estado nacional – como instrumento de opressão na história do nacionalismo e do colonialismo (BEEMBLUM, 2003)

O processo descrito por Berenblum (2003) da criação histórico-política do sentimento de identidade nacional, assim como das línguas nacionais como símbolo de nacionalidade no surgimento das nações européias e americanas, é um exemplo histórico concreto que ajuda a compreender as ambiguidades que circulam a definição de língua na formação de identidade enquanto dimensão ideológica. Segundo a autora, apesar de que no período colonial algumas diferenças se destacam nos modelos lusitanos e hispânicos ambos estados nacionais se assemelham “na afirmação de uma soberania territorial, e a “nacionalização” e homogeneização da cultura, realizada principalmente através da escola” (2003, p.77), resultando, em relação à questão das línguas nacionais, em uma defesa constante de um purismo linguístico que se manifesta ao longo da história da construção de ambas as nações.

Esta discussão sobre homogeneização e nacionalização também está bem caracterizada na concepção de Cavalcanti e César (2007) a respeito da língua portuguesa enquanto língua nacional no Brasil, ao constatar que existe uma tensão entre os interesses de uma nação homogênea e os interesses das sociedades minoritárias⁵, que convivem sobre o mesmo território. Para as autoras “O país mantém interna e externamente o mito de nação monolíngüe, tornando, assim, invisíveis suas minorias lingüísticas e socioculturais” (op. cit., p. 50), é neste contexto que “(...) se instala o prestígio de determinada norma da língua portuguesa e o apagamento das línguas nacionais minoritárias” (op. cit., 50). Um dos fatores complicadores para a sobreposição desse mito linguístico à realidade do sistema, conforme afirma Guisan (2009), é a utilização ideológica da língua enquanto sistema homogêneo que se toma como elemento crucial na constituição do indivíduo e da sua comunidade.

Assim, Cavalcanti e César (2007) propõem uma discussão sobre o conceito de língua na tentativa de produzir transformações significativas no sentido de diminuir a distância entre os construtos teóricos das línguas e as origens socioculturais dos fenômenos lingüísticos, assim como os participantes envolvidos, num momento em que as noções de tempo/espço e de território estão intensamente modificadas. Por isso, faz-se necessário repensar a língua considerando novos paradigmas, como:



(...) os diversos tempos ao mesmo tempo, os corpos em suas múltiplas interações, emblemas cambiantes, fragmentados, contraditórios, que respondam também por identidades contraditórias, constituídas num mundo de mesclagem cultural, linguística, onde as correntes migratórias e os movimentos sociais procura (sic) definir outras relações, inclusive de poder. (op. cit. 60)

Mas, para a autora, ainda hoje, os estudos realizados na tentativa de definir a língua encontram dificuldades em considerar esses novos parâmetros e a linguagem inserida neste contexto, permanecendo assim, a manutenção da complexidade dos usos linguísticos simplificada a formulações neutralizadoras das diferenças, ou seja, “uma totalidade reificada e reificadora de fatos da linguagem” (op. cit. 47). Esses estudos têm sido desenvolvidos num primeiro momento com foco na linearidade estabelecendo categorias redutoras, por exemplo, oral/escrito, variedades diatópicas/diastráticas/diacrônicas, norma culta/não culta, língua materna/língua estrangeira; e num segundo momento passou-se a adotar a noção de *continuum*, que inicialmente funcionou como um moderador da tensão entre as dicotomias, mas que não escapa da estrutura linear que categoriza o imaginário linguístico. Este *continuum* é estabelecido por representações linguísticas diversas a partir de uma escala que perpassa por dois extremos, onde o ponto de interseção muitas vezes ignora, conforme afirma a autora:

(...) a rede de interseções, que constitui simultaneamente, qualquer ato de linguagem, atravessada não só por uma variável isolada, constituída a partir de certos princípio teórico, mas por um conjunto de variável, interseções, conflitos, contradições, socialmente constituído ao longo da trajetória de qualquer falante. (op. cit. 61)

Nesta emblemática tentativa de definir língua, senão ao menos problematizá-la, Assis-Peterson e Cox (2007) também partem de uma perspectiva dicotômica da linguagem, baseada na concepção estruturalista saussuriana de língua (*langue*) e fala (*parole*), e gerativista chomskiana de competência e desempenho, onde, em ambos os modelos, o objeto de estudo privilegiado, a língua (*langue*) e o desempenho, representa uma concepção de língua desvinculada dos usos reais, e consequentemente, da “infinita variação em que resulta a língua ao ser usada por seus falantes” (op.cit. p. 38).

Em seguida, as autoras apontam as idéias da Sociolinguística laboviana, introduzidas por volta da década de 1960, onde a língua, ao invés de ser postulada como um sistema monolítico, passa a ser concebida como um sistema de variantes relacionada às necessidades coletivas de uma comunidade. Neste sentido, à luz da sociolinguística laboviana, entendem a língua como “... um mosaico, um composto de normas que se correlacionam probabilisticamente a fatores sociais... não é mais *um* central, mas a justaposição de vários *uns* setorizados” (op.cit. p. 39).



Uma vez estabelecida a heterogeneidade da língua, as autoras, problematizam a coexistência e a convivência das variedades linguísticas que nela residem, apoiando-se na concepção teórica sociológica de Durkheim, onde a aceitação da concepção de língua enquanto sistema variacionista apenas transfere o conceito de correção para adequação linguística; e de Weber, que postula a idéia de que a vida social se estabelece como “uma espécie de harmonia conflitual, resultante da interação e negociação entre os atores sociais nas práticas cotidianas, e não como consenso resultante das estruturas normativas preexistentes” (op. cit 40). Neste sentido, ambos os autores questionam a atitude de adequação aos padrões coletivos preestabelecidos na sociedade e, conseqüentemente, nas estruturas linguísticas.

Assis-Peterson e Cox (2007) adotam o conceito de multilinguismo considerando as línguas como “linguisticamente diferentes, mas igualmente complexas, porém desiguais nos limites de uma sociedade” (op. cit. p. 41), ou seja, para as autoras, o multilinguismo localiza a diversidade linguística e o tratamento dado a ela no âmbito das fronteiras do estado, diferenciando a língua majoritária, considerada a variante padrão, das línguas minoritárias vistas como de menos prestígio.

Nesta perspectiva, Cavalcanti e César (2007) nos remete a imagem de um caleidoscópio⁶ para ajudar a compreender a impossibilidade de conceber a noção de língua de forma estática, assim como, compreender o desmembramento entre as concepções de língua, nação e território que segundo a autora são noções “estabilizadas politicamente e de níveis hierárquicos, num caso e num outro, totalidades que se mantêm como ‘grande narrativa’, justamente por conta de um arcabouço teórico anacrônico” (op.cit. 61).

No mundo em que vivemos onde a informação está pronta e é dirigida através dos meios de comunicações de massa, onde os meios de transportes favorecem o deslocamento da população, e, as línguas, como qualquer outra manifestação humana, também entram em contato e estão em constante movimento (APPADURAI, 2001), o estudo das práticas de linguagem envolvendo línguas em contato, como é o caso da situação que se apresenta na fronteira Pacaraima/BR e Santa Elena/ VE, predetermina uma revisão dos usuais conceitos de cultura e língua. Neste sentido, com Duranti (1997), Assis-Peterson e Cox (2007) problematizam a noção de cultura e de língua enquanto ao seu caráter redutor que converte as complexidades sócio-históricas em manifestações simples, omitindo as controvérsias morais e sociais existentes em determinados grupos:

Nada menos apropriado para lidar com as interações culturais e linguísticas desencadeadas nos cenários das migrações e da globalização do que fazê-lo a partir de um ponto de vista purista e conservador, interpretando a relação entre a cultura e a língua do centro e as culturas e línguas das periferias como uma sentença de morte para as últimas. (Cox e Assis-Peterson, 2007, p.28)



As autoras, após uma breve revisão de seis teorias sobre a noção de cultura – entendida como “algo distinto da natureza, como conhecimento, como sistemas de signos, como mediação de práticas e como participação” (op. cit., p.33), à luz de autores como, Duranti, Goodenoug, Geertz, Max Werber e Bourdieu – concordam que cada um dos conceitos vistos contempla alguns aspectos e outros não. Assim, Assis-peterson e Cox compartilham da seguinte noção sobre cultura:

...pensar a cultura como conjunto colidente e conflituoso de práticas simbólicas ligadas a processos de formação e transformação de grupos sociais, uma vez que por esse ângulo, podemos aninhar a heterogeneidade, o inacabamento as fricções e a historicidade no âmago do conceito. (op. cit., p 33)

Neste sentido, a partir do fenômeno da globalização, a sociedade se distancia do modelo clássico e sociológico de um sistema bem delimitado. Esse é substituído por uma perspectiva que se centra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço, segundo Hall (2006). Assim, no que diz respeito à identidade, o autor aborda essa questão a partir do argumento construído em torno das velhas identidades que estabilizaram o mundo social, mas que estão em decadência, e o aparecimento de novas identidades fragmentadas, em consequência da chamada “crise de identidade” entendida como sendo parte de um processo mais amplo de mudança, que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (2006, p. 1). Para Hall (op.cit.), o indivíduo pós-moderno, não mais compreendido como um ser unificado, está cada vez mais fragmentado, constituído por identidades estabelecidas através da negociação que se dá nas interações sociais. Bauman (2005) também compartilha dessa perspectiva ao considerar que o mundo em nossa volta está “repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fragmentadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados.” (2005, p.18) esse momento vivido atualmente é denominado pelo autor como era “líquido-moderna”.

Para entender melhor o processo de construção da identidade, podemos organizá-la dicotomicamente em duas perspectivas: a) essencialista, que vê o deslocamento do indivíduo tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si próprio, até então idealizado como ser integrado, como sendo uma perda para a sociedade e consequentemente uma crise nas identidades; b) não essencialista, perspectiva orientada por concepções da pós-modernidade, que relativiza a noção de identidade fixa e de pessoa humana como sujeito totalmente centralizado.



Segundo Woodward (2000), as identidades são construídas por meio da marcação da diferença, sendo esta veiculada tanto pelos sistemas simbólicos de representação quanto por meio de forma de exclusão. Esta diferença simbólica e social é estabelecida através dos sistemas classificatórios que “aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la em ao menos dois grupos opostos” (2004, p. 40), ou seja, como afirma a autora, “dão ordem à vida social”. Assim, a marcação da diferença distingue uma identidade da outra, na forma de oposições, tornando-se componente indispensável nos sistemas de classificação.

4. Internalização e cancelamento da fronteira

O *corpus* dessa pesquisa é composto por narrativas orais de alunos brasileiros com no mínimo três anos de residência no município de Santa Elena, estudantes da 1ª e 2ª série do ensino médio em uma escola de Pacaraima e filhos de pais brasileiros ou pelo menos pai ou mãe brasileira.

Identificação	Sexo	Idade	Tempo de residência no exterior	Nacionalidade dos informantes	Nacionalidade dos responsáveis.
Inf.1	F	16	05 anos	Brasileira e venezuelana	Pai brasileiro e mãe venezuelana
Inf.2	F	16	05 anos	Brasileira	Pais brasileiros
Inf.3	M	17	16 anos	Brasileiro	Padrasto venezuelano e mãe brasileira
Inf.4	M	15	03 anos	Brasileiro	Pais brasileiros
Inf.5	F	16	03 anos	Brasileira	Pai brasileiro e madrastra venezuelana

Durante a coleta de registro, na atividade de grupo focal realizada na escola, todos os participantes - talvez motivados pela leitura do texto que abordava o desentendimento entre os turistas brasileiros e os militares venezuelanos - se detiveram em apontar os conflitos sócio-culturais entre os povos dos dois municípios em questão, marcados, principalmente, pela cobrança de propina dos guardas venezuelanos aos brasileiros na alfândega, pela exigência dos



venezuelanos para que os brasileiros falem em espanhol, pela relação consumidor (brasileiros) e fornecedor (venezuelano) resultado, principalmente, do comércio em Santa Elena, e pela necessidade de ignorar a compreensão linguística entre ambos, quando lhes era conveniente, pelo que pude observar. Todos esses conflitos foram apontados pelos participantes na intenção de marcar a diferença entre ser brasileiro e ser venezuelano, demonstrando certa rejeição à cultura do venezuelano e tentando manter sempre um discurso de autoafirmação da identidade brasileira.

A análise que segue está concentrada em marcas linguísticas extraídas de alguns fragmentos, das narrativas dos informantes, selecionados e organizados considerando a atitude polarizada de internalização⁷ e cancelamento da fronteira.

(01) Inf.1: tem alguns que são assim ignorante mesmo... a gente chega falando em português eles querem corrigir “não” aí eles falam assim (...) “Usted está en Venezuela *tiene que hablar español*” aí agente pega e fica assim “sim mas eu *sou brasileira* eu não sei falar em espanhol eu vou falar no português...”

(02) Inf.3: (...) eu fui comprar arroz cheguei e fui falar assim “boa tarde tem arroz?”... aí aí virou (o vendedor) pra mim e falou assim “aRRoz”... aí eu falei assim “eu sou brasileira com muito orgulho e é arroz... tem?” (...)

Nos excertos (01) e (02) a estratégia que caracteriza a internalização da fronteira é marcada pela produção oral e compreensão linguística dos participantes que compõem as narrativas. Por exemplo, no excerto (01) a Inf.1 relata a exigência que venezuelanos fazem para que os brasileiros falem em espanhol e a desaprovação do brasileiro frente a essa atitude. Essa postura é melhor visualizada em um episódio no comércio de Santa Elena, vivido e narrado pela Inf.3 no excerto (02), onde a disputa pela variante fonética da palavra arroz, ou seja, mesma marca gráfica para diferentes marcas acústicas, ilustra a vontade dos brasileiros e dos venezuelanos em ignorar a compreensão entre ambos apenas para reafirmar a identidade de ser brasileiro e de ser venezuelano. Essa situação se opõe em outro momento, nas narrativas dos alunos, ao fato dos venezuelanos entenderem a língua portuguesa – “*não pode falar português... mas já entende*” – e dos brasileiros tentarem falar o espanhol quando estão em Santa Elena – “*não falam... mas eles tentam falar... a maioria*”. A diferenciação linguística de um corpus em português e de um corpus em espanhol não é de fato formal é muito mais política, no sentido de reivindicar um grupo e excluir outro. Em algumas situações o que diferencia uma língua da outra são outras questões que não a forma linguística, ou seja, muitas vezes não é exatamente a forma linguística que conta, mas sim o nível simbólico, a representação que se faz da língua.



(03) Inf.2: Só que aí tem que ver que a gente está no país alheio... A gente critica... Claro tudo bem... A gente vê que isso está errado... mas *a gente está no país alheio...*

(04) Inf.5: (inint.) Mas tem que ver também (inint.) por exemplo o meu pai tem vinte anos de Venezuela... Aí né... Ele já tem a identidade como residente daí... E tem um filho venezuelano ou seja ele já *tem um pouco de direito na Venezuela...*

Nos excertos acima, o modo de situar-se localmente caracteriza-se como outra estratégia de cancelamento e internalização da fronteira. No excerto (03), a Inf.2 expõe o não pertencimento ao “país alheio” como um elemento complicador no julgamento da cobrança de propina a brasileiros. Neste sentido, o lugar onde o brasileiro reside é o lugar do outro, onde não se tem o direito à reivindicações. Contrariamente, no excerto (04), a Inf.5 reivindica o direito que o pai brasileiro tem ao território venezuelano devido ao fato de viver ali há muito tempo e ter filhos venezuelanos. Dessa relação podemos entender que há uma tendência em internalizar a fronteira estabelecendo a diferença entre os venezuelanos e os brasileiros através do (não) pertencimento ao chamado “país alheio”, mas, ao mesmo tempo, há um posicionamento de cancelamento dessa fronteira que se caracteriza pela postura de reivindicação do território considerado “alheio”.

5. Palavras finais

Apesar desta pesquisa ainda estar em andamento, os dados até aqui levantados permitem a análise de que o indivíduo está localizado em uma escala ponderada pelo peso discursivo que oscila entre a atitude polarizada de internalização e cancelamento da fronteira, marcada por estratégias de produção e compreensão linguística e pelo modo de situar-se localmente dos personagens envolvidos nas narrativas orais, que revelam um sujeito na fronteira Brasil/Venezuela composto por uma identidade flutuante, definida através da negociação que se dá nas interações sociais a partir da convivência, algumas vezes conflituosa, entre brasileiros e venezuelanos. Mas, é interessante ressaltar que nem sempre as fronteiras são necessariamente um cenário de internalizações, e que pode ser o caso de ninguém parecer se importar com a língua falada neste contexto, tendo uma compreensão suficiente da outra. Neste sentido, nos questionamos até que ponto a língua é elemento definidor de identidade do indivíduo e de sua comunidade.

³ Homologação da demarcação contínua da Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2009.

⁴ Notícia publica no jornal “Folha de Boa Vista”, em 27 de maio de 2010.



⁵ A autora considera como comunidades, sociedades ou grupos minoritários “populações que estão distante das fontes do poder hegemônico, embora algumas vezes, numericamente sejam majoritárias em relação à sociedade ou grupos dominantes” (op. cit. p. 45)

⁶ A autora caracteriza caleidoscópios como “Sendo feito por diversos pedaços, cores formas e combinações, é um jogo de impossibilidades fortuitas e, ao mesmo tempo, acondicionadas pelo contexto e pelos elementos, um jogo que se explica sempre fugazmente no exato momento em que o objeto é colocado na mira do olho e a mão o movimenta; depois, um instante depois, já é outra coisa. No caleidoscópio formam-se desenhos complexos a partir de movimentos de combinações” (op. cit. p. 61)

⁷ O termo “internalização” é usado no sentido de tornar cada vez mais forte os aspecto que marcam a fronteira.

Referências

APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, de 2001.

BAUMAN, Zygmunt : **Identidade.** Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2005.

BERENBLUM, Andrea: **A invenção da palavra oficial; identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAVALCANTI, M. C. e CÉSAR, A. L. *Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio.* Em: CAVALCANTI, Marilda C. e BORTONI-RICARDO, Stella Maris (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação.** Campinas – SP: Mercado de Letras, 2007.

BRAZ, Evódia de Sousa: **O contato lingüístico em área de fronteira: Brasil-Venezuela o Português e o Espanhol nas Escolas de Pacaraima.** Boa Vista – RR. Monografia de especialização – Universidade Federal de Roraima, 2004.

GUISAN, Pierre F. Georges. *O paradigma da francofonia: os discursos entre mitos, realidades, e perspectivas.* Em: PONTES Geraldo e ALMEIDA CLAUDIA (orgs). **Relações Literárias Internacionais: Lusofonia e Fracofonia.** Niteroi - Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UFRJ/ EdUFF, 2007, p.77-87.

_____. *Língua: a ambigüidade do conceito* (2009). Em: SAVEDRA, M. B; SALGADO A. C. P. (orgs). **A Sociolinguística no Brasil; uma contribuição dos estudos sobre línguas em /de contato.** Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: 11 ed. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2006.



RAJAGOPALAN, Kanavillil. *O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?* Em: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e Identidade – Elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2006, p. 21-45.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. Em: SILVA, T. T. da: **Identidade e Diferença**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.